



*Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí*

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2022



Junho/2023

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução -----	03
II. Relatório dos Auditores Independentes -----	04
III. Extensão do Trabalhos -----	07
IV. Demonstrações Contábeis -----	08
V. Relatório Circunstanciado da Auditoria -----	49

Campinas/SP, 22 de junho de 2023

À

Diretoria do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Realizamos trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, sobre o exercício encerrado em 2022.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;
Balanço Patrimonial;
Balanço Financeiro;
Balanço Orçamentário;
Demonstrações das Variações Patrimoniais;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração do Fluxo de Caixa;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza

Sócio

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, que compreendem o balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, que são definidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT-16).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida, é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de junho de 2023

EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Conforme nosso contrato nº 003/2021, e respectivo aditivo, foram realizados serviços de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossos trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Em nossos trabalhos não evidenciamos nenhum efeito significativo que pudesse ocasionar reflexos substanciais no encerramento das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto aqueles comentados em nosso relatório circunstanciado, que é parte integrante deste relatório.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO PATRIMONIAL - PCASP 01/01/2022 a 31/12/2022

	Exercício Atual	Exercício Ant.
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalente de Caixa	154.122,08	70.864,87
Créditos a Curto Prazo	84.944.982,63	74.387.394,98
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	2.226.363.340,76	2.075.002.328,31
Estoques	31.878,47	60.353,33
VPD Pagas Antecipadamente	<u>2.934,35</u>	<u>0,00</u>
<i>Total do Ativo Circulante</i>	2.311.497.258,29	2.149.520.941,49
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	<u>247.864.384,49</u>	<u>278.821.141,77</u>
Créditos a Longo Prazo	247.864.384,49	278.821.141,77
Investimento e Aplicações Temporárias	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	5.685.094,93	5.849.440,72
Intangível	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>	253.549.479,42	284.670.582,49
TOTAL DO ATIVO	<u>2.565.046.737,71</u>	<u>2.434.191.523,98</u>



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO PATRIMONIAL - PCASP 01/01/2022 a 31/12/2022

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Ant.
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.002.403,81	2.127.942,17
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	64.377,96
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões de Curto Prazo	6.824.589,80	7.569.400,00
Demais obrigações a Curto Prazo	<u>345.747,64</u>	<u>327.225,75</u>
<i>Total do Passivo Circulante</i>	8.172.741,25	10.088.945,88
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	2.403.354.442,26	2.294.462.484,92
Demais obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<i>Total do Passivo Não Circulante</i>	2.403.354.442,26	2.294.462.484,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	153.519.554,20	129.640.093,18
Ações/Cotas em Tesouraria	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<i>Total do Patrimônio Líquido</i>	153.519.554,20	129.640.093,18
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.565.046.737,71</u>	<u>2.434.191.523,98</u>



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO
DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO PATRIMONIAL - PCASP
01/01/2022 a 31/12/2022

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	2.266.517.462,84	2.110.266.042,91
Ativo Permanente	298.529.274,87	323.925.481,07
<i>Total do Ativo</i>	2.565.046.737,71	2.434.191.523,98
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	404.937,13	417.011,05
Passivo Permanente	2.411.165.258,98	2.304.159.827,09
<i>Total do Passivo</i>	2.411.570.196,11	2.304.576.838,14
Saldo Patrimonial (I - II)	153.476.541,60	129.614.685,84



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO
DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO PATRIMONIAL - PCASP
01/01/2022 a 31/12/2022

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias recebidas	5.030,34	3.356,72
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos	357.675.071,26	329.173.951,06
<i>Total dos Atos Potenciais Ativos</i>	357.680.101,60	329.177.307,78
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
<i>Total dos Atos Potenciais Passivos</i>	0,00	0,00



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO PATRIMONIAL - PCASP
01/01/2022 a 31/12/2022

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
2022

Fundo: 1 IPREJUN

Fontes de Recursos

Atual

Anterior

4 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

2.266.112.525,71

2.109.849.031,86

TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS

2.266.112.525,71

2.109.849.031,86

Denise Durães Rodrigues
Analista de Planejamento, Gestão e
Orçamento
CRC 1SP243359/O-1



Marcelo Vizioli Rosa
Diretor de Administração Financeira



João Carlos Figueiredo
Diretor Presidente





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

01/01/2022 a 31/12/2022

Fundo: 1 - IPREJUN				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	458.557.700,00	458.557.700,00	531.500.392,49	72.942.692,49
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	233.360.500,00	233.360.500,00	243.251.538,16	9.891.038,16
Receita Patrimonial	105.110.000,00	105.110.000,00	161.634.216,56	56.524.216,56
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	7.677.200,00	7.677.200,00	0,00	-7.677.200,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	112.410.000,00	112.410.000,00	126.614.637,77	14.204.637,77
RECEITAS DE CAPITAL	6.700.000,00	6.700.000,00	7.354.599,20	654.599,20
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	6.700.000,00	6.700.000,00	7.354.599,20	654.599,20
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS	465.257.700,00	465.257.700,00	538.854.991,69	73.597.291,69
Operações de Crédito / Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	465.257.700,00	465.257.700,00	538.854.991,69	73.597.291,69
Déficit	4.037.000,00	38.415.343,30	0,00	
TOTAL	469.294.700,00	503.673.043,30	538.854.991,69	73.597.291,69
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para créditos adicionais)		34.368.700,00	34.368.700,00	
Superávit Financeiro		34.368.700,00	34.368.700,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

01/01/2022 a 31/12/2022

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	310.565.300,00	344.922.643,30	336.330.871,88	336.307.659,28	336.291.482,39	8.591.771,42
Pessoal e Encargos Sociais	305.824.800,00	339.852.443,30	332.530.323,62	332.530.323,62	332.514.146,73	7.322.119,68
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.740.500,00	5.070.200,00	3.800.548,26	3.777.335,66	3.777.335,66	1.269.651,74
DESPESAS DE CAPITAL	954.500,00	975.500,00	116.291,46	96.491,46	96.491,46	859.208,54
Investimentos	954.500,00	975.500,00	116.291,46	96.491,46	96.491,46	859.208,54
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	157.774.900,00	157.774.900,00	0,00	0,00	0,00	157.774.900,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	469.294.700,00	503.673.043,30	336.447.163,34	336.404.150,74	336.387.973,85	167.225.879,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	469.294.700,00	503.673.043,30	336.447.163,34	336.404.150,74	336.387.973,85	167.225.879,96
SUPERÁVIT	0,00	0,00	202.407.828,35			
TOTAL	469.294.700,00	503.673.043,30	538.854.991,69	336.404.150,74	336.387.973,85	167.225.879,96



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO
DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

01/01/2022 a 31/12/2022

ANEXO 12 - QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

EXERCÍCIO: 2022

	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO EXERCÍCIO ANT.				
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.655,67	16.751,67	10.551,15	10.551,15	14.856,19	0,00
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.655,67	16.751,67	10.551,15	10.551,15	14.856,19	0,00



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

01/01/2022 a 31/12/2022

ANEXO 12 - QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

EXERCÍCIO: 2022

	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO EXERCÍCIO ANT.			
DESPESAS CORRENTES					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.683,86	58.694,10	56.295,08	8.082,88	0,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.683,86	58.694,10	56.295,08	8.082,88	0,00



Denise Durães Rodrigues
Analista de Planejamento, Gestão e Orçamento
CRC 1SP243359/O-1



João Carlos Figueiredo
Diretor Presidente

Marcelo Vizioli Rosa
Diretor de Administração Financeira



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO FINANCEIRO - PCASP

01/01/2022 a 31/12/2022

INGRESSOS

	Atual	Anterior
Receita Orçamentária	538.854.991,69	483.833.519,62
Ordinária		
Vinculada	538.854.991,69	483.833.519,62
Recursos Vinculados à Educação		
Recursos Vinculados à Saúde		
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	538.854.991,69	483.833.519,62
4 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
600-0 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Contribuições Sociais	11.517.388,12	27.726.847,81
Receitas de Valores Mobiliários	152.785.411,64	170.962.732,03
Indenizações e Restituições	5.626,79	221.188,43
Receitas Correntes Diversas	1.487,23	147.819,72
Amortizações e Empréstimos	0,00	1.491.349,94
Contribuições IntraOrçamentárias	13.187.154,33	33.911.283,92
Outras	20.482.421,38	23.831.549,62
603-0 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - PLANO PREVIDENCIÁRIO - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
Contribuições Sociais	98.923.914,47	65.875.725,85
Receitas de Valores Mobiliários	310,32	0,00
Indenizações e Restituições	1.336.844,40	17.890,82
Receitas Correntes Diversas	8.460.514,45	9.226.925,65
Amortizações e Empréstimos	7.354.599,20	4.829.504,93
Contribuições IntraOrçamentárias	117.279.642,15	84.832.437,24
Outras	103.749.272,83	57.926.644,06
604-0 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - PLANO PREVIDENCIÁRIO - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL		
Contribuições Sociais	1.150.117,26	930.464,67
Contribuições IntraOrçamentárias	1.193.321,83	966.038,37
Outras	1.426.965,29	935.116,56
Total Receitas:	538.854.991,69	483.833.519,62
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		
Recursos Vinculados à Seguridade Social		
Outras Destinações de Recursos		
Transferências Financeiras Recebidas	3.614.150,64	2.977.100,20
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	3.614.150,64	2.977.100,20
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	534.934.917,51	503.680.896,82
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	43.012,60	16.751,67
Inscrição de Restos a Pagar Processados	16.176,89	58.694,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	119.140.258,73	75.589.721,87
Recebimentos Extraorçamentários	119.140.258,73	75.589.721,87
Outros Recebimentos Extraorçamentários	415.735.469,29	428.015.729,18
V.P.A.	375.591.440,85	417.506.718,46
Outros Recebimentos Extraorçamentários	40.144.028,44	10.509.010,72
Saldo do Exercício Anterior	2.075.073.193,18	1.976.470.180,25



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO
DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO FINANCEIRO - PCASP
01/01/2022 a 31/12/2022

Caixa e Equivalentes de Caixa	70.864,87	8.866,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.075.002.328,31	1.976.461.313,92
TOTAL:	3.152.477.253,02	2.966.961.696,89



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

BALANÇO FINANCEIRO - PCASP 01/01/2022 a 31/12/2022

DISPÊNDIOS

	Atual	Anterior
Despesa Orçamentária	336.447.163,34	297.888.850,03
Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	336.447.163,34	297.888.850,03
Recursos Destinados à Educação		
Recursos Destinados à Saúde		
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	336.447.163,34	297.888.850,03
1 - Tesouro		
110-0 - Geral		
Pessoal e Encargos Sociais	3.154.566,01	3.081.059,10
4 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
600-0 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Pessoal e Encargos Sociais	329.375.757,61	289.774.357,91
Outras Despesas Correntes	3.800.548,26	4.173.972,11
Investimentos	116.291,46	859.460,91
Total Despesas:	336.447.163,34	297.888.850,03
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		
Recursos Destinados à Seguridade Social		
Outras Destinações de Recursos		
Transferências Financeiras Concedidas		
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Pagamentos Extraorçamentários	589.512.626,84	558.808.912,06
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	10.551,15	1.244.558,19
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	56.295,08	65.896,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	119.121.736,84	75.517.547,34
Pagamentos Extraorçamentários	119.121.736,84	75.517.547,34
Outros Pagamentos Extraorçamentários	470.324.043,77	481.980.909,88
Desvalorização de Investimentos	364.449.719,66	318.615.323,59
Outros Pagamentos Extraorçamentários	105.874.324,11	163.365.586,29
Saldo para o Exercício Seguinte	2.226.517.462,84	2.110.263.934,80
Caixa e Equivalentes de Caixa	153.429,44	70.864,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.226.363.340,76	2.110.193.069,93
TOTAL:	3.152.477.253,02	2.966.961.696,89

Denise Durães Rodrigues
Analista de Planejamento, Gestão e Orçamento
CRC 1SP243359/O-1

Marcelo Vizioli Rosa
Diretor de Administração Financeira

João Carlos Figueiredo
Diretor Presidente





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS - PCASP

01/01/2022 a 31/12/2022

Fundo:1-IPREJUN

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	Atual	Anterior
Contribuições		
Contribuições Sociais	341.363.781,36	283.635.260,51
	<u>341.363.781,36</u>	<u>283.635.260,51</u>
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.723.619,96	8.324.160,94
Juros e Encargos de Mora	13.959.076,41	8.607.183,73
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	152.785.721,96	170.962.732,03
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	80.778.452,81	93.428.993,69
	<u>253.246.871,14</u>	<u>281.323.070,39</u>
Transferências e Delegações Recebidas		
Transferências Intragovernamentais	3.614.150,64	2.977.100,20
	<u>3.614.150,64</u>	<u>2.977.100,20</u>
Valorização e Ganhos com Ativos		
Reavaliação de Ativos	294.812.988,04	324.077.724,77
Ganhos com Incorporação de Ativos	336.436.535,53	251.012.686,89
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.891.685,35	0,00
	<u>633.141.208,92</u>	<u>575.090.411,66</u>
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	1.323.651.531,50	834.780.060,30
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	30.746.411,96	23.127.754,67
	<u>1.354.397.943,46</u>	<u>857.907.814,97</u>
RESULTADO PATRIMONIAL - AUMENTATIVAS	<u>2.585.763.955,52</u>	<u>2.000.933.657,73</u>

ASSINADO DIGITALMENTE
DENISE DURAES RODRIGUES
CPF
25456796821
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

Denise Durães Rodrigues
Analista de Planejamento, Gestão e Orçamento
CRC 1SP243359/O-1

ASSINADO DIGITALMENTE
MARCELO VIZIOLI ROSA
CPF
29162544875
DATA
13/06/2023
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

Marcelo Vizioli Rosa
Diretor de Administração Financeira

ASSINADO DIGITALMENTE
JOAO CARLOS FIGUEIREDO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

João Carlos Figueiredo
Diretor Presidente



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS - PCASP

01/01/2022 a 31/12/2022

Fundo:1-IPREJUN

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Pessoal e Encargos

	Atual	Anterior
Remuneração de Pessoal	12.579.814,22	14.757.099,65
Encargos Patronais	600.647,54	457.563,99
Benefícios a Pessoal	281.694,16	226.309,36
	<u>13.462.155,92</u>	<u>15.440.973,00</u>

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Aposentadorias e Reformas	298.387.670,93	263.016.045,54
Pensões	31.030.735,88	27.107.892,29
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	46.086,55
	<u>329.418.406,81</u>	<u>290.170.024,38</u>

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Uso de Material de Consumo	124.943,50	53.425,78
Serviços	1.096.809,03	1.115.872,85
Depreciação, Amortização e Exaustão	260.837,25	53.901,07
	<u>1.482.589,78</u>	<u>1.223.199,70</u>

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	7.604.447,99	6.320.854,87
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	1.618,92	0,00
	<u>7.606.066,91</u>	<u>6.320.854,87</u>

Desvalorização e Perdas de Ativos

Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	404.449.719,66	341.406.310,83
Perdas Involuntárias	0,00	7.530,79
Desincorporação de Ativos	415.875.894,17	429.077.221,12
	<u>820.325.613,83</u>	<u>770.491.062,74</u>

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Constituição de Provisões	1.389.400.901,82	946.764.155,62
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	188.759,43	144.195,73
	<u>1.389.589.661,25</u>	<u>946.908.351,35</u>

RESULTADO PATRIMONIAL - DIMINUTIVAS

2.561.884.494,50 **2.030.554.466,04**

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

23.879.461,02 **-29.620.808,31**

Denise Durães Rodrigues
Analista de Planejamento, Gestão e
Orçamento
CRC 1SP243359/O-1



Marcelo Vizioli Rosa
Diretor de Administração Financeira

João Carlos Figueiredo
Diretor Presidente





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

- Jundiaí/SP
CNPJ:05.507.216/0001-61

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA 12/2022

	Atual	Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	148.995.420,30	129.520.571,30
INGRESSOS	940.818.747,58	820.458.325,53
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	531.500.392,49	477.512.664,75
Receita de Contribuições	243.251.538,16	214.242.797,86
Outras Receitas Derivadas		
Receita Patrimonial	8.848.494,60	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	152.785.721,96	170.962.732,03
Outras Receitas Originárias	126.614.637,77	92.307.134,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	409.318.355,09	342.945.660,78
DESEMBOLSOS	791.823.327,28	690.937.754,23
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	335.992.990,14	296.785.263,01
Essencial a Justiça	0,00	0,00
Administração	3.917,33	0,00
Previdência	333.869.450,28	294.085.512,26
Saúde	0,00	0,00
Encargos Especiais	2.119.622,53	2.699.750,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		
TRANSFERÊNCIA	365.338,48	290.924,47
a União	0,00	0,00
Intragovernamentais	365.338,48	290.924,47
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	455.464.998,66	393.861.566,75
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	7.258.107,74	4.273.183,25
INGRESSOS	7.354.599,20	6.320.854,87
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.354.599,20	6.320.854,87
DESEMBOLSOS	96.491,46	2.047.671,62
Aquisição de Ativo Não Circulante	96.491,46	2.047.671,62
Concessão de Empréstimo e Financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de Investimentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS		
Outros ingressos de financiamentos		
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	156.253.528,04	133.793.754,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.110.263.934,80	1.976.470.180,25
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.266.517.462,84	2.110.263.934,80

Denise Durães Rodrigues
Analista de Planej.Gestão e Orçamento
CRC: 1SP243359/0-1



Marcelo Vizioli Rosa
Diretor de Administração Financeira



João Carlos Figueiredo
Diretor Presidente





**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

CNPJ: 05.507.216.0001/61

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ENCERRADAS EM 31/12/2022.

CONTEXTO OPERACIONAL:

A Lei nº 5.894, de 12 de setembro de 2002, criou o Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (IPREJUN). Autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público, de natureza social, de conformidade com a Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e as respectivas alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 e Portaria MTP nº 1.467/2022, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS.

O IPREJUN é responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários de aposentadoria (voluntária, do professor, do servidor que exerce atividades especiais, do servidor com deficiência, por incapacidade permanente para o trabalho e compulsória) e pensões por morte. Para cumprir com sua responsabilidade, o Instituto arrecada e gere os recursos previdenciários de acordo com as normas federais, e os aplica no mercado financeiro e de capitais em conformidade com as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na Resolução nº 4.963 de 25 de novembro de 2021.

Para garantir os pagamentos de benefícios no presente e no futuro, é de fundamental importância que o RPPS busque permanentemente o equilíbrio atuarial.

A Emenda Constitucional 103/2019, promulgada em 12 de novembro de 2019, trouxe a previsão expressa da necessidade de comprovação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social. Ou seja, deve haver garantia de equivalência,

1/24

Av. Doroty Nano Martinasso, nº 100 – Vila Bandeirantes - Jundiaí/SP



ao valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios. Em outras palavras: deve haver equilíbrio atuarial no RPPS, e este deve ser comprovado através da Avaliação Atuarial.

O IPREJUN possui Nível IV no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios – Pró Gestão RPPS. Este é o nível mais alto da certificação e o Pró-Gestão é um programa que mede o grau de governança e qualidade de gestão. Dentre os pontos avaliados por um auditor estão: mapeamento dos processos, manualização, treinamentos e capacitações, avaliação de conselheiros, diretoria e outros itens.

O Instituto obteve classificação B no IEG_PREV/Municipal 2.022, (Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal). Este índice objetiva aferir a adequação do Ente à legislação e à aplicação de boas práticas na gestão previdenciária no município e foi instituído pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O IEG-PREV/Municipal -TCESP contempla 07 áreas temáticas relevantes para a saúde do sistema previdenciário: Contribuições, Endividamento, Atuária, Investimentos, Benefícios, Sustentabilidade dos RPPS e Fidedignidade das Informações.

O IPREJUN também obteve a classificação no ISP – Índice de Sustentabilidade Previdenciária “A”, se enquadrando no perfil atuarial VI. A classificação ISP está prevista no art. 238 da Portaria MTP nº 1467/2022, é aferida anualmente segundo conceitos, critérios de composição, metodologia de cálculo e periodicidade estabelecidos pela SPREV.



(Em R\$)

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101/00, Portaria MPS nº 204/08, portaria MPS nº 509/13, as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal que estão definidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). O MCASP é de observância obrigatória para todos os entes da Federação, está alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP e às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, e encontra-se de acordo com a legislação aplicável a contabilidade no setor público brasileiro.

NOTA 2 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com o Anexo I da Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001 e suas atualizações. O desdobramento dos códigos de elemento de despesa está de acordo com a classificação da despesa por subelemento definida no Anexo II – Tabelas de Escrituração Contábil – Auxiliares 2022 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.



NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31/12/2022 os valores registrados como Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Patrimonial correspondem a R\$ 154.122,08 o qual detalhamos a seguir:

Bancos Contas Movimentos - Posição em 31/12/2022		
Cód. do Banco	Descrição	Saldo – R\$
16	Banco Bradesco – Conta Corrente Taxa Adm	1,00
379	Banco Bradesco S.A - Conta Corrente - Benefícios	153.428,44
380	Banco do Brasil- Conta Iprejun Honorários Procuradoria Iprejun	692,64
	Total	154.122,08



NOTA 4 – CRÉDITOS CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE

Em 31/12/2022 o montante de Créditos a Curto Prazo registrados no grupo Ativo Circulante é de R\$84.944.982,63 e os Créditos a Longo Prazo no grupo Ativo Não - Circulante é de R\$ 247.864.384,49, totalizando o valor de R\$ 332.809.367,12.

A seguir detalhamos a composição:

Ativo Circulante:

Créditos a Curto Prazo	RS
- Empréstimos a Receber RPPS	9.779.675,02
- Contribuições do RPPS a Receber Patronal	31.467.518,91
- Contribuições do RPPS a Receber servidor, aposentado e pensionista	13.195.019,62
- Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal	30.502.769,08
Total	84.944.982,63

- 1) O valor de R\$ 9.779.675,02 refere-se ao contrato de empréstimo contraído pela Prefeitura do Município de Jundiaí junto ao IPREJUN e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.2.4.2.07.01 – Empréstimos a Receber RPPS;
- 2) A quantia de R\$ 31.467.518,91 refere-se a Contribuição Previdenciária Patronal da competência de 12/2022 cujo recebimento é estimado para ocorrer em janeiro/2023 e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.3.6.2.01.01 - Contribuições do RPPS a Receber Patronal;



- 3) Já o valor de R\$ 13.195.019.,62, trata-se de Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista da competência 12/2022 cujo recebimento também é estimado para ocorrer em janeiro/2023, a contabilização ocorreu na conta contábil 1.1.3.6.2.01.02- Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista;
- 4) O montante de R\$ 30.502.769,08 se refere a Créditos Previdenciários Patronais que se encontram em regime de parcelamento e estão contabilizados na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 - Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal.

Ativo Não- Circulante:

Créditos a Longo Prazo	R\$
- Empréstimos a Receber RPPS	68.457.725,15
- Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados Patronal	179.406.659,34
Total	247.864.384,49

- 1) O valor de R\$ 68.457.725,15 representa parcelas do empréstimo a receber, cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.2.03.03- Empréstimos a Receber RPPS;
- 2) Já o valor de R\$ 179.406.659,34 representa os créditos previdenciários do RPPS que se encontram em regime de parcelamento, cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.2.06.04 - Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados Patronal.

Base legal referente a concessão empréstimo e parcelamento de contribuições previdenciárias:



Empréstimo – Lei nº 4.892 de 14 de novembro de 1.996;
Parcelamento Contribuições Previdenciárias- Lei: nº.5.573 de 21 de dezembro de 2000;
Parcelamento Contribuições Previdenciárias (Acordo 107/2018 e Acordo 108/2018) - Lei nº 8.893/17;
Débitos Cota Patronal de março/2020 a setembro/2020, autorizado pela Lei Complementar 173/2020 (Acordo 00536/2020) – Lei nº 9459/2020.



NOTA 5 - IMOBILIZADO

O saldo do Ativo Imobilizado em 31/12/2.022 é de R\$ 5.685.094,93, sendo subdividido em Bens Móveis R\$ 432.916,54, Bens Imóveis R\$ 5.221.978,39 e Obras em Andamento R\$ 30.200,00. Os bens Móveis e Imóveis foram submetidos à depreciação em 2022 e a depreciação acumulada dos bens é de R\$ 379.111,78 compreendendo as depreciações de 2.012 até 2.022.

Os bens móveis referem-se aos móveis, computadores e demais utensílios utilizados pelos servidores do IPREJUN no desenvolvimento das atividades administrativas. Durante 2022 foram adquiridos bens móveis no valor de R\$ 66.291,46.

IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS		
Descrição	2022	2021
Saldo Conta Bens Móveis sem depreciação – Ano anterior	549.038,93	509.462,99
(+) Aquisições no ano	66.291,46	47.106,73
(-) Baixas	0,00	(7.530,79)
Saldo do Imobilizado em 31/12 – Sem Depreciação	615.330,39	549.038,93
(-) Depreciação Acumulada	(182.413,85)	(118.274,53)
(=) Saldo de Imobilizado (bens móveis) 31/12	432.916,54	430.764,40

O valor de R\$ 5.221.978,39 de bens imóveis refere-se ao Edifício Sede do IPREJUN.

IMOBILIZADO - BENS IMÓVEIS		
Descrição	2022	2021
Saldo Conta Bens Móveis sem depreciação – Ano anterior	5.418.676,32	5.418.676,32
(+) Aquisições no ano	0,00	0,00
(-) Baixas	0,00	0,00
Saldo do Imobilizado em 31/12 – Sem Depreciação	5.418.676,32	5.418.676,32
(-) Depreciação Acumulada	(196.697,93)	0,00
(=) Saldo de Imobilizado (bens Imóveis) 31/12	5.221.978,39	5.418.676,32



O terreno onde o edifício sede do IPREJUN foi construído ainda não é um bem de propriedade do IPREJUN. Trata-se de um bem cedido pela Prefeitura Municipal de Jundiaí para uso a título gratuito pelo IPREJUN por 20 anos contados a partir de 21/11/2012 com vencimento em 20/11/2032 (datas conforme extrato do termo aditivo publicado na imprensa oficial do município de Jundiaí em 05/08/2020). A doação está prevista para ocorrer no final do contrato de cessão de uso em 20/11/2032. Antes do vencimento do contrato, existe a possibilidade de renovação da cessão de uso por mais 20 anos.

Devido a não ter a propriedade do terreno, o mesmo não se encontra contabilizado em conta contábil de bens imóveis do IPREJUN, mas encontra-se devidamente contabilizado em contas de controle que não afetam o ativo: conta contábil 8.9.5.8.1.00.00 – Permissão de uso-bens recebido. O valor atualizado do terreno fornecido pela área de obras e infraestrutura da Prefeitura de Jundiaí (Processo Adm. 17.221/2009) é de R\$ R\$1.835.075,20.



NOTA 6 – PASSIVO CIRCULANTE

O total do Passivo Circulante é de R\$ 8.172.741,25 e está subdividido nos itens a seguir:

Passivo Circulante	R\$
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.002.403,81
Provisões de Curto Prazo	6.824.589,80
Demais obrigações a Curto Prazo	345.747,64
Total do Passivo Circulante	8.172.741,25

O valor de R\$ 1.002.403,81 é composto pelas seguintes contas:

2.1.1.1.1.01.03	Férias (P)	298.482,96
2.1.1.2.1.05.03	Precatórios de Benefícios Previdenciários - Regime Ordinário - a partir de 05/05/2000 - Não Vencidos	687.743,96
2.1.1.4.1.01.01	Contrib. ao RGPS- Contrib. Sobre Salários e Remunerações	16.176,89
	Total	1.002.403,81

As provisões de férias e 13º salário foram realizadas mensalmente, restando ao final do exercício somente o saldo da provisão de férias de R\$ 298.482,96.

Foi devidamente registrado na contabilidade a obrigação referente aos precatórios conforme Mapa de Precatórios para pagamento em 2023 emitido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no valor de R\$ 687.743,96.

Os subitens Provisões de Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo serão detalhados nas próximas notas explicativas 7.1 e 7.2



NOTA 7.1 – PROVISÕES DE CURTO PRAZO

Foi constituída Provisão para Sentenças Judiciais que envolvem o IPREJUN no montante de R\$ 6.824.589,80 (ações classificadas como perda provável ou concretizada), baseada nos relatórios de controle da Procuradoria Jurídica do IPREJUN. Os valores encontram-se devidamente contabilizados no subitem Provisões de Curto Prazo do Balanço Patrimonial.



NOTA 7.2 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 345.747,64 contempla valores a serem repassados a terceiros em 2.023 e estão detalhadas a seguir:

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

Anexo 17 da Lei nº 4.320/64: Demonstração da Dívida Flutuante

Descrição	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
DEPÓSITOS				
218810103 – Encargos Sociais Outras Entidades (F)	219,22	33.159.085,43	33.154.199,65	5.105,00
218810110 – Pensão Alimentícia (F)	56,72	1.691.278,99	1.689.807,37	1.528,34
218810113 - Retenções Entidades Repres.Classes (F)	0,00	5.680.902,55	5.680.902,55	0,00
218810114 -Retenções Planos de Seguros (F)	6.240,50	154.884,61	154.752,98	6.372,13
218810115- Retenções – Empréstimos e Financiamentos (F)	310.354,22	22.669.839,21	22.669.235,79	310.957,64
218810499 – Outros Depósitos (F)	8.175,36	224.851,40	228.836,51	4.190,25
2188201101 – RPPS – Retenções sobre Vencimentos e Vantagens (F)	1652,85	193.955,71	192.898,55	2.710,01
218830102- Contrib ao RGPS	0,00	105.532,67	96.374,23	9.158,44
218830104- IRRF	17,79	55.251.760,45	55.247.636,69	4.141,55
218850108- ISS	509,09	8.167,71	7.092,52	1.584,28
218910300- Suprimentos de Fundos a Pagar (F)	0,00	107.982,11	107.982,11	0,00
Totais	327.225,75	119.248.240,84	119.229.718,95	345.747,64
RESTOS A PAGAR				
Não Processados	25.407,34	43.012,60	25.407,34	43.012,60
Processados	64.377,96	16.176,89	64.377,96	16.176,89
Total Restos a Pagar	89.785,30	59.189,49	89.785,30	59.189,49
TOTAL GERAL	417.011,05	119.307.430,33	119.319.504,25	404.937,13



O saldo de restos a pagar não-processado refere-se as despesas orçamentárias não liquidadas no valor R\$ 43.012,60 cujas fases de liquidação e pagamento deverão ocorrer no exercício seguinte.

Os valores registrados como Restos a Pagar Processados são da ordem de R\$ 16.176,89 e referem-se a Contribuições Previdenciárias ao RGPS que já passaram pela fase de liquidação, ficando pendente o pagamento a ocorrer em 2.023.



NOTA 8 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE – PROVISÕES A LONGO PRAZO

O valor registrado no balanço patrimonial em 31/12/2022 a título de Provisões a Longo Prazo é R\$ 2.403.354.442,26 e refere-se a **Provisão Matemática Previdenciária (PMP)** cuja composição detalhamos a seguir:

Provisões Matemáticas Previdenciárias
2022

Fundo : 1-IPREJUN

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Debitos</u>	<u>Creditos</u>	<u>Saldo Final</u>
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSO	3.196.033.982,65 C	0,00	318.212.025,89	3.514.246.008,54 C
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO AF	156.111.435,92 D	114.281.137,38	0,00	270.392.573,30 D
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PE	6.110.445,69 D	9.430.218,80	0,00	15.540.664,49 D
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVI	83.277.325,94 D	59.127.014,32	0,00	142.404.340,26 D
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÔ	5.051.289.935,26 C	490.903.260,98	0,00	4.560.386.674,28 C
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO EM	930.602.209,91 D	206.480.467,02	0,00	1.137.082.676,93 D
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO AT	1.086.683.610,39 D	311.508.878,97	0,00	1.398.192.489,36 D
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVI	432.604.000,93 D	0,00	93.046.568,87	339.557.442,06 D
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO	3.354.917.026,21 D	0,00	978.142.317,06	2.376.774.709,15 D
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO AI	97.444.622,00 C	88.777.967,01	0,00	8.666.654,99 C

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>Saldo Final</u>
3.9.7.2.1.00.00	VPD DE PROMOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS ALONGO PRAZO - COI	1.389.400.901,82 D
4.9.7.1.5.00.00	REVERSAO DE PROMOES - INTER OFSS - MUNICIPIOS	1.280.508.944,48 C
Total Fundo :		2.284.462.484,92 C 1.280.508.944,48 1.389.400.901,82 2.403.354.442,26

Fonte: Avaliação Atuarial de 15/03/2022 (data base:31/12/2021) – página 82.

Disponível em: <https://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/atuarial/1648064230.pdf>



Todos os anos o IPREJUN realiza um estudo/laudo atuarial, para saber qual o montante atualizado dos seus compromissos futuros referente a benefícios previdenciários. Este montante chama-se provisão matemática e representa os compromissos a longo prazo do IPREJUN para com seus beneficiários.

O estudo/laudo atuarial tem o objetivo de relatar aspectos relacionados à adequação da base cadastral e às bases técnicas utilizadas, bem como os resultados apurados, o plano de custeio e demais medidas necessárias ao equilíbrio do sistema, em consonância com as normas pertinentes vigentes.

Os valores contabilizados a título de provisão matemática foram obtidos na avaliação atuarial realizada pela empresa Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda e conforme informação constante na página 8 do laudo atuarial: para a elaboração do referido laudo foram considerados os dados cadastrais da população abrangida e suas características financeiras e demográficas, além dos regimes e métodos financeiros, hipóteses atuariais e premissas, em consonância com às exigências legais, principalmente àquelas estabelecidas na Portaria MTP nº 1467, de 02 de junho de 2022, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS.

A avaliação atuarial realizada em Março/2022 apurou que a provisão matemática atualizada, que reflete o valor dos ativos e parcelamentos, passaria a ser R\$ 2.403.354.442,26, já em 2021 o valor foi de R\$ 2.294.462.484,92. Observa-se que de 2021 para 2022 ocorreu aumento no valor de R\$108.891.957,34.

A seguir temos um quadro comparativo com o valor da Provisão Matemática nos últimos 03 anos.:

Provisão Matemática		
2022	2021	2020
2.403.354.442,26	2.294.462.484,92	2.174.092.417,97



As provisões para benefícios concedidos contabilizadas em Março/2022 somam R\$ 3.085.908.430,49, para benefícios a conceder somam R\$ 1.685.554.065,93 e o Plano de Amortização Instituído soma R\$ \$ 2.376.774.709,15. Dessa forma, o resultado do exercício do exercício foi superavitário em R\$ 8.666.654,99. Comparamos os resultados à Março/2021, onde as provisões para benefícios concedidos somam R\$ 2.950.534.775,10, para benefícios a conceder somam R\$ 2.601.400.114,03 e o Plano de Amortização Instituído soma R\$ 3.354.917.026,21. O resultado do exercício anterior foi superavitário em R\$ 97.444.622,00.

Conforme informado na Avaliação atuarial página 23: “O dimensionamento fidedigno do passivo atuarial, ou provisões matemáticas, tem como um dos seus principais pilares a definição das hipóteses (ou premissas) atuariais. Assim, com base nas boas práticas atuariais, as hipóteses devem ser as melhores estimativas que se possam obter para as variáveis adotadas na modelagem atuarial, visto que determinarão o custo do plano e o plano de custeio necessário ao equilíbrio e sustentabilidade do regime previdenciário.”

Ainda na página 23, temos: “Dentre as hipóteses adotadas, o passivo atuarial é mais sensível à taxa de juros, às tábuas de mortalidade e à taxa de crescimento real de salários.”

Considerando a Avaliação Atuarial anterior, em relação ao estudo atual observou-se alteração na Taxa de Juros (taxa de desconto) que diminuiu de 5,41% para 4,86% e conforme informado na página 46 da Avaliação atuarial: “...quanto menor a expectativa de rentabilidade, menor será o desconto dos valores no tempo e maior será o passivo atuarial.”

Ainda em relação as hipóteses atuariais, conforme informações da página 33 da Avaliação atuarial de 2022 as seguintes hipóteses foram atualizadas /alteradas em comparação ao estudo atuarial anterior: Tábua de Mortalidade de Inválidos (Atualizada de IBGE 2019 para IBGE 2020), Tábua de Entrada em Invalidez (Alterada de Álvaro Vindas para WYATT 1985), Taxa de Juros Atuarial (mesma taxa



da meta de retorno dos investimentos definido na política de investimentos anual- Alterada de 5,41% para 4,86%), Composição Familiar (Atualizada de 64,35% para 64,65% a probabilidade de um benefício de aposentadoria se transformar em pensão por morte vitalícia), Fator de Determinação da Remuneração (alterada de 97,90% para 98,31%), Fator de Determinação dos Proventos (alterada de 97,90% para 98,31%) e Critério para concessão de aposentadoria pela regra da média (alterada de 80% da remuneração projetada para 70%). A hipótese de crescimento da remuneração foi mantida em 2,91% quadro geral e 3,20% para o magistério.

É importante destacar que a avaliação atuarial do exercício reflete a implementação da Lei Complementar 611/2021, que adequou a legislação do IPREJUN às disposições da Emenda Constitucional 103/2019, o que justifica a redução das provisões matemáticas de benefícios a conceder, de \$ 2.601.400.114,03 para R\$ 1.685.554.065,93. Essa significativa alteração permitiu a redução do valor a ser amortizado no plano de equacionamento do déficit atuarial, de R\$ 3.354.917.026,21 para R\$ 2.376.774.709,15.

Quando analisamos o índice de cobertura das Provisões Matemáticas encontramos os seguintes percentuais:

2022 – 43,70%

2021 – 35,17%

2020 – 38,34%

Este índice demonstra o quanto da provisão matemática está assegurado pelo patrimônio garantidor e quanto mais próximo de 1,00 mais próximo do equilíbrio atuarial o RPPS estará.

Por fim, na página 42 da avaliação atuarial diz: “Conclusivamente, é sempre recomendado que a evolução do Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (ICPM) seja, ano a ano, positiva, o que demonstraria, desta forma, que o plano de custeio aplicado está aderente e adequado ao crescimento das provisões matemáticas,



bem como que o ativo do RPPS está igualmente crescendo de acordo com as projeções realizadas anteriormente.”

De 2021 para 2022 o ICMP aumentou de 35,17% para 43,70%, o que demonstra que o RPPS está mais próximo do equilíbrio atuarial do que no ano anterior.

E a conclusão no Parecer Atuarial de 2.022 (página 60):

“...Por fim, procedida a avaliação atuarial, é o nosso parecer que o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (SP) – IPREJUN, data focal 31/12/2021, tem capacidade para honrar os compromissos junto aos seus segurados, se adotadas as indicações e recomendações constantes do presente parecer e do relatório de avaliação atuarial. Canoas (RS), 15/03/2022.”

O Parecer Atuarial está devidamente assinado pelos Atuários:: Guilherme Walter - Atuário - MIBA nº 2.091 – Responsável Técnico e Maria Luiza Silveira Borges – MIBA nº 1.563 - Revisão



NOTA 9 – RESULTADOS ACUMULADOS OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado Acumulado/Patrimônio Líquido apurado no Balanço Patrimonial de 2.022 é positivo em R\$ 153.519.554,20. Este número foi obtido partindo-se dos Resultados Acumulados de Dez/2021 R\$ 129.640.093,18, adicionando-se ao resultado patrimonial positivo de R\$ 23.879.461,02, obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais do período de 01/12/2022 a 31/12/2022.

Descrição	2022	2021
Resultados Acumulados Ano Anterior	129.640.093,18	159.260.901,49
(+) Resultado Patrimonial do Exercício	23.879.461,02	-29.620.808,31
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
(=) Resultados Acumulados	153.519.554,20	129.640.093,18

Comparando-se o Resultado Acumulado (PL) de 2021 R\$ 129.640.093,18 com o de 2.022 R\$ 153.519.554,20 verifica-se que ocorreu um aumento do PL no valor de R\$ 23.879.461,02. Este aumento em relação ao ano anterior pode ser justificado pelo fechamento positivo dos investimentos no ano, apesar de não ter sido atingida a meta atuarial de 4,86% + IPCA definida na política de investimento devido a ocorrência diversos fatos no Brasil e no Mundo que influenciaram o cenário político e econômico: covid 19, eleições presidenciais no Brasil e a Guerra na Ucrânia. Nos meses de Jan/22, Fev/22, Mar/22, Mai/22, Jul/22, Ago/22 e Out/22 a rentabilidade da carteira de investimentos foi positiva enquanto que nos outros meses a rentabilidade foi negativa. No entanto, no acumulado dos meses a rentabilidade se apresentou positiva em todos os meses, conforme observamos no quadro abaixo (Fonte: https://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/relatorio_investimento/1679406433.pdf)

3.2. EVOLUÇÃO MENSAL

RENTABILIDADE ANUAL												
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
IPREJUN	0,1545%	1,8145%	2,2890%	-1,5629%	0,5288%	-1,8195%	1,4989%	1,1920%	-0,5527%	2,3240%	-0,7252%	-0,3113%
IPREJUN - AC	0,1545%	1,9718%	4,3059%	2,6757%	3,2186%	1,3406%	2,8595%	4,0857%	3,5104%	5,9160%	5,1479%	4,8206%
Meta Atuarial	0,9384%	1,4103%	2,0227%	1,4604%	0,8681%	1,0689%	-0,2864%	0,0348%	0,1051%	0,9886%	0,8079%	1,0187%
Meta - AC	0,9384%	2,3619%	4,4323%	5,9575%	6,8773%	8,0197%	7,7103%	7,7476%	7,8611%	8,9274%	9,8074%	10,9260%
Diferença	-0,7839%	0,4042%	0,2663%	-3,0233%	-0,3394%	-2,8884%	1,7853%	1,1572%	-0,6578%	1,3354%	-1,5331%	-1,3300%
Diferença - AC	-0,7839%	-0,3901%	-0,1265%	-3,2818%	-3,6587%	-6,6792%	-4,8508%	-3,6622%	-4,3507%	-3,0114%	-4,6595%	-6,1054%

Outro fator que contribuiu para a obtenção de um resultado patrimonial positivo em 2022 foi o fato da Arrecadação das Receitas Orçamentárias no ano ter sido superior às Despesas Orçamentárias apresentando Superávit de R\$ 202.407.858,35, conforme informações disponíveis no Balanço Orçamentário de 2022.

NOTA 10 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:

	2022 Atual	2021 Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.585.763.955,52	2.000.933.657,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.561.884.494,50	2.030.554.466,04
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	23.879.461,02	-29.620.808,31

A Demonstração das Variações Patrimoniais de 2.022 apresentou resultado patrimonial positivo de R\$ 23.897.461,02 e isto foi possível devido as Variações



Patrimoniais Aumentativas apresentarem valores maiores do que as Variações Patrimoniais Diminutivas.

As Variações Patrimoniais Aumentativas foram impactadas pelo superávit orçamentário atingido na execução orçamentária (Arrecadação de Receitas Orçamentárias maior do que a realização de Despesas Orçamentárias) e com o resultado positivo obtido na carteira de investimentos (4,8206%). Embora não tenha atingido a meta atuarial planejada (de 4,86% + IPCA) os investimentos apresentaram resultado positivo no ano de 2.022.

Em virtude do fechamento anual do exercício de 2.022 foi solicitado para área de investimentos que avaliasse qual valor deveria ser considerado como passível de perda para a devida contabilização em Ajustes de Perdas Estimadas com Títulos e Valores Mobiliários (conta redutora de investimentos). Conforme análise da área de investimentos foi apurado que seria prudente considerar como passível de perdas o valor R\$ 40.000.000,00. Diante disto, foi realizada a reversão da Constituição de Ajuste para Perdas Estimadas com Títulos e Valores Mobiliários realizada em Dez/2021 no valor de R\$ 35.190.741,62 e realizada em 31/12/2022 a contabilização na conta contábil 1.1.4.9.1.05.11- (-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - RPPS - PLANO EM CAPITALIZAÇÃO (F) no valor de R\$ 40.000.000,00.



NOTA 11- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O superávit apresentado no Balanço Orçamentário é de R\$ 202.407.828,35 e representa a diferença entre Despesa Empenhada e Receita Realizada. Este resultado demonstra que o IPREJUN foi eficiente na execução orçamentária pois as receitas arrecadadas superaram as despesas executadas.

As despesas com a manutenção do Instituto de Previdência em funcionamento são custeadas com recursos provenientes da taxa de administração e cuja arrecadação já ocorreu em exercício anterior, com recursos específicos para esta finalidade, de modo que sua execução ocorreu normalmente durante o exercício. O financiamento destas despesas é feito com receita já arrecadada no exercício anterior de 2021.

O Balanço Orçamentário do IPREJUN, apresenta déficit orçamentário inicial de R\$ 4.037.000,00 devido às despesas orçamentárias serem maiores do que as receitas orçamentárias. Este valor refere-se às despesas com aposentadorias de Inativos em Carência da Prefeitura de Jundiaí. O valor dos inativos em carência compreende os servidores que possuem todos os requisitos para se aposentar, porém ainda não verteram contribuições previdenciárias ao IPREJUN durante 15 anos. Nestes casos, o servidor se aposenta, continua contribuindo com a sua parte e o órgão de origem com a parte patronal de 14,33%

O valor de R\$ 4.037.000,00 é previsto no orçamento na despesa com a fonte 1 - Tesouro, específica para os empenhos das despesas de inativos em carência, cuja responsabilidade é da Prefeitura de Jundiaí. Embora não esteja previsto na receita orçamentária, o IPREJUN recebe ressarcimento financeiro da Prefeitura Municipal de Jundiaí dos valores gastos, bem como o repasse da contribuição previdenciária Patronal de 14,33% até que cada beneficiário atinja o recolhimento mínimo de 15 anos de contribuições ao IPREJUN. Este ressarcimento ocorre através de “Transferências Financeiras” e não através de arrecadação de receita pelo orçamento.

22/24

Av. Doroty Nano Martinasso, n° 100 – Vila Bandeirantes - Jundiaí/SP



Embora haja o desequilíbrio entre total da despesa orçamentária orçada e total da receita orçamentária ao olharmos apenas o balanço orçamentário do IPREJUN, não configura irregularidade conforme se encontra disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição, página 413 a qual reproduzimos a seguir: *“...Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. **Esse fato não representa irregularidade**, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa .”*

Diante disto informamos que, o valor de Transferências Financeiras recebidas pelo IPREJUN compreende valor recebidos da Prefeitura Municipal de Jundiaí (inativos em carência) R\$ 3.270.433,36 (valor efetivamente executado na despesa), Câmara Municipal de Jundiaí (inativos em carência) R\$ 113.655,13, IPREJUN R\$ 14.847,11, Faculdade de Medicina de Jundiaí (inativos em carência) R\$ 205.321,39 e FUMAS R\$ 9.893,65, totalizando R\$ 3.614.150,64. Este valor se encontra registrado na parte de “Ingressos” no item “Transferências Financeiras” do Balanço Financeiro.



NOTA 12 – MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Regimes Próprios de Previdência Social na condição de órgãos públicos seguem normas técnicas e de contabilidade estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que define os modelos de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público alinhadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo de regulação em Contabilidade no território Brasileiro.

No que diz respeito a fiscalização, o RPPS é fiscalizado periodicamente pela Secretaria da Previdência Social (SPREV) e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). No desenvolvimento de seus trabalhos a SPREV utiliza as Demonstrações Contábeis nos modelos estabelecidos pela STN, enquanto que o TCE-SP utiliza demonstrativos contábeis de modelo próprio.

A Nota Técnica da STN nº 6/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF) de 19 /06/2015 diz: “...É importante destacar que as disposições da STN quanto às demonstrações financeiras, não se contrapõem e não excluem as exigências dos órgãos de controle. Deste modo, os Tribunais de Contas têm competência para exigir a publicação de demonstrativos além daqueles demandados pela STN. Assim, recomenda-se que os órgãos e entidades da Administração Pública consultem os órgãos de controle aos quais são jurisdicionados para orientá-los quanto a possíveis exigibilidades adicionais de demonstrativos contábeis e financeiros.”

Isto esclarece que devido aos tipos de fiscalizações sofridas pelo RPPS, trabalhamos com dois modelos de Demonstrações Contábeis visando a atender as necessidades

ASSINADO DIGITALMENTE
JOÃO CARLOS FIGUEIREDO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

João Carlos Figueiredo
CPF: 057.546.578-62
Diretor Presidente

ASSINADO DIGITALMENTE
MARCELO VIZIOLI ROSA
CPF 29182544875 DATA 13/06/2023
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

Marcelo Vizioli Rosa
CPF: 291.825.448.75
Diretor Administração Financeira

ASSINADO DIGITALMENTE
DENISE DURAES RODRIGUES
CPF 25466796821
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

Denise Durães Rodrigues
Analista de Planejamento, Gestão e Orçamento
CRC nº SP-243359/O-1

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – IPREJUN**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria de revisão requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação inerente ao Setor Público, normas do Ministério da Previdência Social aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

O controle interno compreende o plano da organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa entidade para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas, exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incremento na eficiência operacional e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma entidade, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição de risco, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

O Instituto de Previdência possui manuais de procedimentos organizados por departamento e disponíveis para consulta a seus colaboradores e público em geral, e estão disponíveis na internet no seguinte endereço: <http://iprejun.sp.gov.br/N/procedimentos>

2. BANCOS

Efetuamos o confronto dos saldos contábeis com os extratos bancários, bem como a análise das conciliações, com data base de 31/12/2022 e não observamos pontos relevantes a serem relatados:

2.1 BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCO	DESCRIÇÃO	SALDO EXTRATOS R\$
BANCO BRADESCO	BANCO C/ MOVIMENTO RPPS (F)	153.428,44
BANCO BRADESCO	BANCO C/ MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO RPPS (F)	1,00
	TOTAL CONTÁBIL	153.425,44
	SALDO EXTRATO	153.425,44

3. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

3.1 Saldos Aplicados

A) Efetuamos a conferência dos saldos dos extratos bancários em 31/12/2022, com os valores constantes no Razão e Balanço Patrimonial, conforme planilha a seguir:

BANCO	SALDO ATUAL
Banco Itaubank S.A.- NTN - B	1.207.266.997,77
BTG PACTUAL TESOUREO SELIC FIRF REF. DI	59.608.177,17
CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	31.458.467,70
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	24.060.892,50
CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	621.753,86
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL - RECURSO PREVIDENC	36.645.936,66
BB Institucional FI Renda Fixa	24.221.216,64
Banco Bradesco S.A- Bradesco FI Referenciado DI PR	36.666.909,94
Banco Citibank S.A-FIDC Multisetorial Italia	478.302,90
Banco Rural S.A -Rural Fundos de Invest.em Direito	359.298,03
Vinci FI RF Imobiliário - Crédito Privado	21.272.016,84
BTG PACTUAL INFRA-B FUNDO INCENTIVADO DE INFRA. RF	314.159,50
BRADESCO H FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES SMALL CA	9.386.242,15
Banco Pactual S.A-Quest Small Caps FIC FIA	23.671.276,80
Banco Pactual S.A. - BTG Absol Instit FIA	22.154.069,42
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	30.666.254,17

BANCO	SALDO ATUAL
SUL AMÉRICA EQUITIES FIA	13.817.596,54
VINCI MOSAICO FIA	82.821.532,67
ITAU AÇÕES DUNAIMIS FIC FI	42.845.058,73
AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FIC DE FIM	26.945.546,23
SAFRA CONSUMO PB FIC DE FIA	22.890.625,03
FUNDO BB AÇÕES MULTI SETORIAL QUANTITATIVO FIC F	34.241.946,64
TARPON GT 30 FC FIA	45.727.377,55
SAFRA EQUITY PORTFOLIO PB FIC AÇÕES	20.476.329,20
BB AÇÕES SMALL CAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS	27.123.632,98
Neuberger Berman US Multi Opp Adv FIC FIA IE	21.336.250,83
Santander GO Global Equity ESG Reais IE	13.734.396,72
LEGG MASON CLEARBRIDGE US LARGE CAP GROWTH FIA IE	14.033.279,47
BB AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT FI	25.881.617,03
AXA WF FRAMLINGTON ROBOTECH ADVISORY FIC FIA IE	20.329.892,84
MAG GLOBAL SUSTAINABLE IE FIC FIM	22.454.617,65
WESTERN ASSET FIA AÇÕES BDR NÍVEL I	7.938.510,42
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	12.671.835,09
SAFRA S&P EM REAIS PB FIM	16.308.117,08
ITAU PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC DE FI	15.027.100,21
BTG PACTUAL S&P 500 BRL FUNDO DE INVESTIMENTO MULT	37.472.944,90
Vinci Strategic Partners I FIP Multiestratégia	3.336.594,10
Banco Bradesco S.A.- Atico Geração de Energia FIP	-229.856,94
Banco Bradesco S.A- Atico Florestal Fundo Invest e	6.535.908,63
Banco Citibank S.A. BTG Pactual Infra. II, FIC FIP	969.877,17
VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP II MULTIESTRATÉGIA	10.758.775,27
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL FI EM PARTICIPAÇÕES MULT	88.045.825,00
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FEEDER B - FI PART MULT	6.616.472,80
BTG PACTUAL INFRA DIVIDENDOS FIP	28.524.194,60
BTG PACTUAL INVESTIMENTOS DE IMPACTO FIP - MULTIES	19.233.118,99
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	1.434.924,32
Banco Itaubank S.A-FI Braz Cap Real-Fundo Imobilia	5.922.000,00
GAVEA FII - BANCO BRADESCO	10.354.819,99
BPFF11 - Brasil Plural Absoluto FII	4.171.700,00
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI - TAXA ADMINISTRAÇÃO	24.892.721,11
BRADESCO FIC FI RF CP PODER PÚBLICO - TAXA ADM	53.579,78
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL - TAXA DE ADMINISTR	2.812.506,08
TOTAL	2.266.363.340,76

Não há apontamentos que mereçam ser relatados.

B) A composição da carteira dos investimentos dos RPPS na data base de 31/12/2022, segregada por instituição financeira, conforme relatório anual de investimentos 2022, era a seguinte:

Divisão do Patrimônio X Instituição Financeira				
Posição	Instituição	Valor	% Carteira	Acumulada
1º	Titulos Públicos	R\$ 1.207.266.997,77	53,93%	53,93%
2º	BTG Pactual	R\$ 262.244.366,75	11,71%	65,64%
3º	Vinci Partners	R\$ 124.805.391,68	5,58%	71,22%
4º	Banco do Brasil	R\$ 111.468.413,29	4,98%	76,20%
5º	Saia	R\$ 59.675.071,31	2,67%	78,86%
6º	Itaú	R\$ 57.872.158,94	2,59%	81,45%
7º	Quest	R\$ 50.616.823,03	2,26%	83,71%
8º	Caixa	R\$ 56.141.114,06	2,51%	86,22%
9º	Tarpon	R\$ 45.727.377,55	2,04%	88,26%
10º	Santander	R\$ 50.380.333,38	2,25%	90,51%
11º	Bradesco	R\$ 46.053.152,09	2,06%	92,57%
12º	XP Investimentos	R\$ 41.666.143,67	1,86%	94,43%
13º	BNP Paribas	R\$ 30.666.254,17	1,37%	95,80%
14º	Western Asset	R\$ 34.643.624,98	1,55%	97,35%
15º	MAG	R\$ 22.454.617,65	1,00%	98,35%
16º	Sul América	R\$ 13.817.596,54	0,62%	98,97%
17º	Hedge	R\$ 10.374.819,99	0,46%	99,43%
18º	Queluz	R\$ 6.535.908,63	0,29%	99,72%
19º	Genial	R\$ 3.941.843,06	0,18%	99,90%
20º	Gávea	R\$ 1.434.924,32	0,06%	99,96%
21º	BRL Trust	R\$ 478.302,90	0,02%	99,98%
22º	Finaxis	R\$ 359.298,03	0,02%	100,00%

Não há apontamentos que mereçam ser relatados.

C) As aplicações, em 31/12/2022, estão de acordo com as normas legais (Res. 4.963/21), conforme demonstrado abaixo:

Divisão do Patrimônio X Resolução 4963/2021				
Inciso	Descrição	Valor	% Carteira	Limite Resolução - Nível IV
Art. 7º, I, a	Titulos Públicos de Emissão do TN (Selic)	R\$ 1.207.266.997,77	54,98%	100%
Art. 7º, I, b	Fundos 100% Titulos Públicos	R\$ 115.127.537,37	5,24%	
Art. 7º, I, c	Fundos de Índices Carteira 100% Titulos Públicos	R\$ 0,00		
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	R\$ 0,00		5%
Art. 7º, III, a	Fundo de Renda Fixa em Geral	R\$ 98.155.817,10	4,47%	80%
Art. 7º, III, b	Fundos de Índices (ETF) em Indicadores Titulos Públicos	R\$ 0,00		
Art. 7º, IV	Aívos de Renda Fixa com emissão ou coobrigação IF	R\$ 0,00		
Art. 7º, V, a	FIDCs - Cota Senior	R\$ 837.600,93	0,04%	35%
Art. 7º, V, b	Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado	R\$ 21.272.016,84	0,97%	
Art. 7º, V, c	Fundos de Debentures de Infraestrutura	R\$ 314.159,50	0,01%	
TOTAL RENDA FIXA		R\$ 1.442.974.129,51	65,72%	100%
Art. 8º, I	Fundo de Ações em Geral	R\$ 359.922.429,38	16,39%	50%
Art. 8º, II	ETF - (Índices em geral)	R\$ 0,00		
TOTAL RENDA VARIÁVEL		R\$ 359.922.429,38	16,39%	60%
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa	R\$ 0,00		10%
Art. 9º, II	Investimento no Exterior	R\$ 117.770.054,54	5,36%	10%
Art. 9º, III	Ações - BDR Nível I	R\$ 7.938.510,42	0,36%	10%
TOTAL INVESTIMENTO EXTERIOR		R\$ 125.708.564,96	5,73%	10%
Art. 10º, I	FI Multimercado	R\$ 81.479.997,28	3,71%	15%
Art. 10º, II	FI em Participações - Fechado (Investimento Estruturado)	R\$ 165.225.833,94	7,52%	15%
Art. 10º, III	FI Ações Mercado de Acesso	R\$ 0,00		15%
TOTAL INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		R\$ 246.705.831,22	11,24%	20%
Art. 11º	FI Imobiliários	R\$ 20.468.519,99	0,93%	20%
TOTAL FUNDOS IMOBILIÁRIOS		R\$ 20.468.519,99	0,93%	20%
Art. 12º	Emprestimos Consignados	R\$ 0,00		20%
TOTAL EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS		R\$ 0,00		20%
	TOTAL CARTEIRA	R\$ 2.195.779.475,06	100,00%	

D) Alocação por Estratégia

SEGMENTO	ESTRATÉGIA	VALOR	% ESTRATEGIA/SEGMENTO
RENDA FIXA			
	CDI	R\$ 234.933.764,80	10,49%
	CRED. PRIVADO	R\$ 21.272.016,84	0,95%
	FIDC	R\$ 837.600,93	0,04%
	IMA-B	R\$ -	0,00%
	IMA-B5	R\$ -	0,00%
	TÍT. PÚBLICO	R\$ 1.207.266.997,77	53,93%
	TOTAL	R\$ 1.464.310.380,34	65,41%
RENDA VARIÁVEL			
	IBOV	R\$ 284.974.535,78	12,73%
	IDIV	R\$ -	0,00%
	SMALL	R\$ 117.792.952,33	5,26%
	TOTAL	R\$ 402.767.488,11	17,99%
FUNDOS NO EXTERIOR			
	BDRX	R\$ 7.938.510,42	0,35%
	EXTERIOR	R\$ 96.433.803,71	4,31%
	TOTAL	R\$ 104.372.314,13	4,66%
ESTRUTURADOS			
	FIP	R\$ 165.225.833,94	7,38%
	S&P500	R\$ 81.479.997,28	3,64%
	TOTAL	R\$ 246.705.831,22	11,02%
IMOBILIÁRIO			
	FII	R\$ 20.468.519,99	0,91%
	TOTAL	R\$ 20.468.519,99	0,91%
RECURSO PREVIDENCIÁRIO		2.238.624.533,79	

3.2 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, IPREJUN, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei 5.894/2002 e Resolução CMN nº 4.963/21, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A presente Política de Investimentos foi discutida e aprovada pelo Comitê de Investimentos no dia 22/12/2021 e pelo Conselho Deliberativo do IPREJUN na 2ª reunião ordinária, que ocorreu em 24/02/2022. Esta política revoga a anterior aprovada em dezembro de 2021, pelo comitê de investimentos e conselho deliberativo.

O IPREJUN aderiu ao programa federal em 21/03/2018, obtendo a certificação máxima, Nível IV, em 09/05/2019. Assim, ingressou na categoria de investidor profissional, e agora pode acessar o mercado de renda variável em até 50% do seu Patrimônio Líquido, além de ver expandidos limites de adequação, além dos previstos na Resolução CVM 4.963/21.

A Política de Investimento estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano de Benefícios. As diretrizes são complementares, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas nesta P.I.

4. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

4.1 Rentabilidade Obtida no Período (01/01/2022 a 31/12/2022)

Fundo	FINAL DEZ/21	APLICAÇÃO	RENTABILIDADE POSITIVA	RESGATE	RENTABILIDADE NEGATIVA	SALDO FINAL DEZ/22
AXA WF FRAMLINGTON ROBOTEC ADVISORY FIC FIA IE	R\$ 29.136.720,14		R\$ 6.229.323,17		R\$ 15.036.150,47	R\$ 20.329.892,84
AZ QUEST SMALL MID CAPS FICFI DE AÇÕES	R\$ 25.925.260,86		R\$ 6.478.411,49		R\$ 8.732.395,55	R\$ 23.671.276,80
AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FICFI DE AÇÕES	R\$ 29.287.466,76		R\$ 7.076.412,12		R\$ 9.418.332,65	R\$ 26.945.546,23
BB AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT FI IE	R\$ 34.115.825,34		R\$ 4.114.178,39		R\$ 12.348.386,70	R\$ 25.881.617,03
BB AÇÕES SMALL CAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE F.L.	R\$ 32.241.953,75		R\$ 10.641.507,08		R\$ 15.759.827,85	R\$ 27.123.632,98
BB FUNDO AÇÕES MULTI SETORIAL QUANTITATIVO FIC FI	R\$ 34.502.407,97		R\$ 10.125.413,57		R\$ 10.385.874,90	R\$ 34.241.946,64
BB INSTITUCIONAL FI RF	R\$ 9.871.792,24	R\$ 106.115.046,13	R\$ 2.397.820,50	R\$ 94.163.442,23	R\$ -	R\$ 24.221.216,64
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TP IPCA IV - FI	R\$ 28.273.206,89		R\$ 2.403.577,79	R\$ 30.676.784,68	R\$ -	R\$ -
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	R\$ 34.888.668,19		R\$ 10.794.796,62		R\$ 15.017.210,64	R\$ 30.666.254,17
BRADESCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO	R\$ 70.863,87	R\$ 353.210,38	R\$ 1.515.827,31	R\$ 391.925,94	R\$ 1.394.547,18	R\$ 153.428,44
BRADESCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO - CONTA CORRENTE c/c 147.700/5	R\$ 5.022,27		R\$ 86,09	R\$ 5.108,36	R\$ -	R\$ -
BRADESCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO - TAXA ADM. c/c 148.190/8	R\$ 62.683,51	R\$ 3.959.094,96	R\$ 131.651,85	R\$ 3.747.110,51	R\$ 352.740,03	R\$ 53.579,78
BRADESCO FI RF REF DI PREMIUM	R\$ 6.111.980,48	R\$ 95.209.229,76	R\$ 3.644.480,26	R\$ 68.298.790,56	R\$ -	R\$ 36.666.900,94
BRADESCO H FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES SMALL CAPS	R\$ 11.143.601,62		R\$ 4.446.763,03		R\$ 6.204.122,50	R\$ 9.386.242,15
BRASIL FLORESTAL - FI EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	R\$ 6.560.628,67		R\$ -		R\$ 24.720,04	R\$ 6.535.908,63
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FUNDO DE FUNDOS - FI - 4BRPLURA	R\$ 4.657.900,00		R\$ 488.800,00		R\$ 975.000,00	R\$ 4.171.700,00
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC DE FI DE AÇÕES	R\$ 23.240.382,11		R\$ 7.573.445,06		R\$ 8.659.757,75	R\$ 22.154.069,42
BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND - F. IMOBILIÁRIO - FIBRCPRE	R\$ 7.269.000,00		R\$ 1.671.000,00		R\$ 3.018.000,00	R\$ 5.923.000,00
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL FIP MULTIESTRATÉGIA	R\$ 34.570.270,40	R\$ 19.018.630,08	R\$ 51.466.895,33		R\$ 17.009.970,81	R\$ 88.045.825,00
BTG PACTUAL INFRA-B FI INCENTIVADO DE INFRAESTRUTURA RF	R\$ 497.161,92		R\$ 17.301,26		R\$ 200.303,68	R\$ 214.159,50
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA DIVIDENDOS FI EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA	R\$ 25.713.416,30		R\$ 6.169.466,60		R\$ 3.358.688,30	R\$ 28.524.194,60
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FIC FI PARTICIPAÇÕES	R\$ 12.483.439,57		R\$ 217.756,44		R\$ 11.731.318,84	R\$ 969.877,17
BTG PACTUAL INVESTIMENTOS DE IMPACTO FIP - MULTIESTRATÉGIA	R\$ 9.256.195,85	R\$ 8.481.848,53	R\$ 2.051.961,07		R\$ 556.906,46	R\$ 19.233.118,99
BTG PACTUAL S&P 500 BRL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	R\$ 16.203.756,88	R\$ 23.072.165,70	R\$ 10.875.881,87		R\$ 12.678.859,55	R\$ 37.472.944,90
BTG PACTUAL TESOURO SELIC FIRF REF. DI		R\$ 338.840.107,71	R\$ 2.346.121,24	R\$ 281.478.051,78	R\$ -	R\$ 59.608.177,17
CAIXA BRASIL 2024 II TP RENDA FIXA - FI	R\$ 29.648.448,00		R\$ 3.180.644,82		R\$ 1.370.625,12	R\$ 31.458.467,70
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍT PUB RF	R\$ 23.324.055,00		R\$ 2.040.981,90		R\$ 1.304.144,40	R\$ 24.060.892,50
FI CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RF	R\$ 602.187,73	R\$ 6.547.656,59	R\$ 44.620,84	R\$ 6.570.166,25	R\$ 2.545,05	R\$ 621.753,86
FIDC ITÁLIA - SENIOR	R\$ 925.100,42		R\$ 281.398,91		R\$ 728.196,43	R\$ 478.302,90
FIDC PREMIUM - SR	R\$ 801.516,11		R\$ 40.379,55		R\$ 482.597,63	R\$ 359.298,03
GÁVEA INSTITUCIONAL FIC DE FIP - CLASSE A	R\$ 3.564.462,43		R\$ 553.916,33		R\$ 2.683.454,44	R\$ 1.434.924,32
GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA	R\$ 635.233,98		R\$ 586,68		R\$ 865.677,60	R\$ 229.856,94
HEDGING GRIFFO TOP FOFB 2 - FII - 4GAVFII	R\$ 12.207.422,00		R\$ 1.487.221,29		R\$ 3.319.823,30	R\$ 10.374.819,99
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FI EM COTAS DE FI	R\$ 40.741.498,37		R\$ 14.308.803,31		R\$ 12.205.242,95	R\$ 42.845.056,73
ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RF LONGO PRAZO FIC FI	R\$ 71.492.229,36		R\$ 3.756.696,48	R\$ 75.248.925,84	R\$ -	R\$ -
ITAÚ PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC DE FI	R\$ 17.060.970,42		R\$ 4.381.614,49		R\$ 6.415.484,70	R\$ 15.027.100,21
LEGG MASON CLEARBRIDGE US LARGE CAP GROWTH FIA IE	R\$ 19.298.790,48		R\$ 3.887.396,54		R\$ 9.152.907,55	R\$ 14.033.279,47
MAG GLOBAL SUSTAINABLE IE FIC FIM	R\$ 40.382.771,60		R\$ 3.968.513,32		R\$ 21.896.667,27	R\$ 22.454.617,65
MONGERL AEGON RENDA FIXA FI - TAXA ADM - NOVO SICONFI	R\$ 22.710.321,99		R\$ 2.839.399,12	R\$ 657.000,00	R\$ -	R\$ 24.892.721,11
NEUBERGER BERMAN US MULTICAP OPPORTUNITIES DOLAR FIC FIA IE	R\$ -	R\$ 28.000.000,00	R\$ 4.505.706,78		R\$ 11.959.455,95	R\$ 21.336.250,83
NTNB - 2025 - 2040 - 2045 - 2050 - 2055	R\$ 951.823.585,50	R\$ 199.268.961,38	R\$ 80.202.532,80		R\$ 24.028.081,91	R\$ 1.207.265.997,77
SAFRA CONSUMO PB FIC DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	R\$ 31.029.189,96		R\$ 7.701.101,56		R\$ 15.839.666,49	R\$ 22.890.625,03
SAFRA EQUITY PORTFOLIO PB FIC AÇÕES	R\$ 21.884.407,18		R\$ 6.039.030,89		R\$ 7.447.108,87	R\$ 20.476.329,20
SAFRA S&P REAIS PB FI MULTIMERCADO	R\$ 18.515.175,99		R\$ 4.717.764,08		R\$ 6.924.822,99	R\$ 16.308.117,08
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RF REFERENCIADO DI - RECURSO PREVIDENCIÁRIO	R\$ -	R\$ 35.000.000,00	R\$ 1.645.936,66		R\$ -	R\$ 36.645.936,66
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RF REFERENCIADO DI - TAXA ADM - NOVO SICONFI	R\$ 2.491.780,61		R\$ 320.725,47		R\$ -	R\$ 2.812.506,08
SANTANDER GO GLOBAL EQUITY ESG REAIS MULT FI IE	R\$ -	R\$ 16.000.000,00	R\$ 3.295.941,40		R\$ 5.561.544,68	R\$ 13.734.396,72
SUL AMÉRICA EQUITIES FI EM AÇÕES	R\$ 14.254.833,33		R\$ 4.198.157,90		R\$ 4.635.414,69	R\$ 13.817.596,54
TARPPON GT 30 FIC FIA	R\$ 39.831.475,64		R\$ 21.041.220,40		R\$ 15.145.318,49	R\$ 45.727.377,55
TERRAS BRASIL FIP	R\$ 2.055.547,06		R\$ 580.500,93	R\$ 1.376.983,54	R\$ 1.250.064,45	R\$ -
VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP MULTIESTRATÉGIA II - CLASSE D	R\$ 6.036.242,59	R\$ 3.857.833,38	R\$ 1.021.905,62		R\$ 157.206,32	R\$ 10.758.775,27
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO CRÉD PRIV	R\$ 26.218.633,12		R\$ 1.045.120,22		R\$ 5.991.736,50	R\$ 21.272.016,84
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FEEDER B - FI EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	R\$ 4.620.675,81	R\$ 3.932.895,38	R\$ 475.195,76		R\$ 2.412.294,15	R\$ 6.616.472,80
VINCI MOSAICO FI DE ACOES	R\$ 86.780.751,64		R\$ 28.689.531,01		R\$ 32.648.749,98	R\$ 82.821.532,67
VINCI STRATEGIC PARTNERS I FIP MULTI	R\$ -	R\$ 3.216.650,61	R\$ 278.345,25		R\$ 158.401,77	R\$ 3.336.594,10
WESTERN ASSET FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES BOR NÍVEL I	R\$ 12.667.391,85		R\$ 1.376.982,88		R\$ 6.104.864,31	R\$ 7.938.510,42
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	R\$ 14.398.147,26		R\$ 3.686.288,13		R\$ 5.413.086,30	R\$ 12.671.835,09
XP INFLAÇÃO REF IPCA FI RF LP	R\$ 81.950.148,77		R\$ 5.008.580,82	R\$ 86.081.423,72	R\$ 877.305,87	R\$ -
TOTAL	R\$ 2.014.043.105,79	R\$ 890.873.330,59	R\$ 369.380.650,29	R\$ 648.695.713,41	R\$ 359.064.604,06	R\$ 2.266.536.760,20

Recomendamos que a administração reveja os investimentos cuja performance no período foi classificada como "PERDA", para identificar os motivos e estabelecer estratégia de investimentos que permitam obter maiores ganhos financeiros.

5. ATIVO IMOBILIZADO

Verificamos a movimentação dos bens imobilizado no exercício de 2022, e os valores conferem com o relatório analítico do ativo imobilizado na data base de 31/12/2022.

6. ESTUDO ANUAL DA VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL DO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Anteriormente as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis.

Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R1 – ativos intangíveis, as entidades foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010.

Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. Conseqüentemente, não foi possível satisfazer-mo-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a entidade tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos.

O ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 requer que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício. Revisões de vidas úteis são em geral mudanças de estimativas e, dessa forma são registradas de forma prospectiva, ou seja, produzem efeitos contábeis apenas a partir da data da revisão.

A revisão não precisa ser no final ou no início do exercício, pode ser, por exemplo, em um período do ano onde está revisão possa ser feita de maneira mais tranquila.

O mais importante é que todos os anos ela seja realizada sempre nessa mesma data. Assim, as mudanças das taxas, se aplicável, devem ser prospectivas, sem retroagir ao início do exercício.

Recomendamos que a administração mande efetuar o Estudo Anual a partir do exercício de 2023.

4. AVALIAÇÃO ATUARIAL

4.1 LEGISLAÇÃO

A avaliação atuarial deve seguir a legislação, Portaria MF 464, a seguir:

“Capítulo XI

DA BASE CADASTRAL

Art. 38. A avaliação atuarial deverá dispor de informações atualizadas e consistentes que contemplem todos os beneficiários do RPPS, de quaisquer dos poderes, órgãos e entidades do ente federativo, compreendendo:

I - os servidores públicos titulares de cargos efetivos e os servidores estáveis não titulares de cargo efetivo;

II - os magistrados, ministros e conselheiros dos tribunais de contas e os membros do Ministério Público; e

III - os militares em atividade, em reserva remunerada ou reforma dos Estados e do Distrito Federal.
§ 1º A base de dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos beneficiários do RPPS a ser utilizada na avaliação atuarial deverá:

I - observar, no mínimo, as informações previstas no leiaute de que trata o art. 41;

II - estar posicionada entre julho e dezembro do exercício relativo à avaliação atuarial anual com data focal em 31 de dezembro; e (Redação dada pela Portaria SEPRT/ME nº 3.725, de 30/03/2021)

Original: II - estar posicionada entre setembro e dezembro do exercício relativo à avaliação atuarial anual com data focal em 31 de dezembro; e

III - abranger os servidores afastados ou cedidos a outros entes federativos.

§ 2º Poderão ser utilizados critérios de ajuste da base de dados cadastrais para o seu posicionamento na data focal da avaliação, com a devida adequação do passivo atuarial, desde que demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial.

Art. 39. Os poderes, órgãos e entidades do ente federativo deverão encaminhar à unidade gestora do RPPS as informações dos beneficiários do regime para elaboração da avaliação atuarial, ou permitir o seu acesso por meio de sistemas informatizados, em tempo hábil para sua análise, correção, processamento e apresentação dos resultados.

§ 1º A unidade gestora do RPPS deverá realizar análise prévia da base de dados e prestar os esclarecimentos necessários para que o atuário possa apurar adequadamente os compromissos do plano de benefícios.

§ 2º O banco de dados especificamente utilizado pelo atuário na avaliação atuarial do RPPS, incluindo os ajustes estatísticos efetuados nessa base para as projeções atuariais pertinentes, deverá ser reencaminhado por aquele profissional à unidade gestora do RPPS e ser mantido pelo prazo previsto no art. 72.

Art. 40. O Relatório da Avaliação Atuarial deverá descrever a base de dados dos beneficiários utilizada, explicitando:

- I - se foram apresentadas todas as informações necessárias para o correto dimensionamento dos custos e compromissos do plano de benefícios do RPPS;
- II - a análise da qualidade dos dados, destacando sua atualização, amplitude e consistência;
- III - as premissas adotadas para o ajuste técnico dos dados que não atendem aos atributos previstos no inciso II, sempre numa perspectiva conservadora quanto aos impactos na diminuição das obrigações do RPPS; e
- IV - as providências adotadas pelo ente federativo e pela unidade gestora do RPPS para a adequação da base de dados disponibilizada para a avaliação que foi objeto dos ajustes mencionados no relatório da avaliação atuarial do exercício anterior.

Art. 41. Os arquivos contendo a base de dados utilizada na avaliação atuarial do RPPS deverão ser encaminhados à Secretaria de Previdência conforme a estrutura e os elementos mínimos do modelo aprovado em instrução normativa.

§ 1º O prazo para envio da base cadastral dos beneficiários do RPPS será estabelecido em instrução normativa da Secretaria de Previdência, podendo ser observado critério de acordo com o porte e perfil atuarial do regime.

§ 2º O envio pelos entes federativos dos arquivos de eventos de cadastro dos beneficiários do RPPS e de movimentação das folhas de pagamento mensais do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial subsidiará a Secretaria de Previdência na análise da consistência da base de dados utilizada na avaliação atuarial e na elaboração dos estudos e projeções de que trata o § 6º do art. 68.

§ 3º Sem prejuízo do envio dos arquivos de que tratam os §§ 1º e 2º, o ente federativo e a unidade gestora do RPPS deverão manter base de dados cadastrais dos beneficiários do regime de forma atualizada, confiável e segura pelo prazo previsto no art. 72.

4.2 PROVISÃO MATEMÁTICA

As Provisões Matemáticas Previdenciárias foram constituídas com base em cálculos atuariais do ano de 2021.

A contabilidade da entidade contabilizou como provisão matemática do exercício de 2022, os valores constantes da Avaliação Atuarial de 2021, contrariando as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao setor público e ao regime próprio de previdência social.

As demonstrações contábeis devem refletir o valor da provisão matemática na data do encerramento do exercício (31/12/2022), de acordo com relatório de avaliação atuarial emitido por profissionais registrados no Instituto Brasileiro de Atuários e serão elaboradas com dados cadastrais posicionados entre os meses de setembro e dezembro do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação, conforme disposto no artigo 38 da PORTARIA MPS Nº 464, de 19 de novembro de 2018, abaixo citada:

CAPÍTULO XI DA BASE CADASTRAL

Art. 38. A avaliação atuarial deverá dispor de informações atualizadas e consistentes que contemplem todos os beneficiários do RPPS, de quaisquer dos poderes, órgãos e entidades do ente federativo, compreendendo:

- I - os servidores públicos titulares de cargos efetivos e os servidores estáveis não titulares de cargo efetivo;
- II - os magistrados, ministros e conselheiros dos tribunais de contas e os membros do Ministério Público; e
- III - os militares em atividade, em reserva remunerada ou reforma dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º A base de dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos beneficiários do RPPS a ser utilizada na avaliação atuarial deverá:

- I - observar, no mínimo, as informações previstas no leiute de que trata o art. 41;
- II - estar posicionada entre setembro e dezembro do exercício relativo à avaliação atuarial anual com data focal em 31 de dezembro; e (grifo nosso)**

Observa-se que não está sendo seguido o princípio contábil da "**Competência dos Exercícios**", quando da contabilização da Provisão Matemática da avaliação Atuarial.

Apuramos os valores de 2021 e 2002, conforme a seguir:

TABELA 12. PROVISÕES MATEMÁTICAS E RESULTADO ATUARIAL

Resultados	Geração atual
Ativos Garantidores dos Compromissos (1)	R\$ 2.403.354.442,26
Aplicações e Recursos - DAIR	R\$ 2.084.987.549,55
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 318.366.892,71
Provisão Matemática (2 = 3 + 4 - 5)	R\$ 2.394.687.787,27
Benefícios Concedidos (3)	R\$ 3.085.908.430,49
Benefícios do Plano	R\$ 3.514.246.008,54
Contribuições do Ente (-)	R\$ 0,00
Contribuições do Inativo (-)	R\$ 270.392.573,30
Contribuições do Pensionista (-)	R\$ 15.540.664,49
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 142.404.340,26
Benefícios a Conceder (4)	R\$ 1.685.554.065,93
Benefícios do Plano	R\$ 4.560.386.674,28
Contribuições do Ente (-)	R\$ 1.137.082.676,93
Contribuições do Ativo (-)	R\$ 1.398.192.489,36
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 339.557.442,06
Plano de Amortização Vigente (5)	R\$ 2.376.774.709,15
Outros Créditos (-)	R\$ 2.376.774.709,15
Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)	R\$ 8.666.654,99

Portanto, conforme determinado pelos §§ 4º e 5º do artigo 3º da Portaria nº 464/2018, o resultado oficial considerando o plano de custeio vigente em 31/12/2021 é de um **superávit atuarial no valor de R\$ 8.666.654,99**, e deverá compor a escrituração contábil de encerramento do exercício de 2021.

Ano de 2022:

Com base nos benefícios cobertos pelo **IPREJUN**, bem como nos regimes financeiros e métodos de financiamento, hipóteses atuariais adotadas e, ainda, nas informações cadastrais e financeiras, apurou-se um **déficit atuarial no valor de R\$ 368.486.024,78**, posicionado na data focal da avaliação atuarial, qual seja em **31/12/2022**, resultante dos valores a seguir apresentados.

TABELA 13. Provisões matemáticas e resultado atuarial

Resultados	31/12/2022
Ativos Garantidores dos Compromissos (1)	R\$ 2.527.154.648,07
Aplicações e Recursos – DAIR (+)	R\$ 2.239.007.819,49
Parcelamentos de Débitos Previdenciários (+)	R\$ 288.146.828,58
Provisão Matemática (2 = 3 + 4 - 5)	R\$ 2.895.640.672,85
Benefícios Concedidos (3)	R\$ 3.544.521.926,11
Benefícios do Plano (+)	R\$ 4.030.782.023,61
Contribuições do Ente (-)	R\$ 0,00
Contribuições do Inativo (-)	R\$ 308.636.964,96
Contribuições do Pensionista (-)	R\$ 18.476.333,27
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 159.146.799,27
Benefícios a Conceder (4)	R\$ 1.853.013.381,21
Benefícios do Plano (+)	R\$ 4.928.201.925,70
Contribuições do Ente (-)	R\$ 1.244.149.186,45
Contribuições do Ativo (-)	R\$ 1.516.396.115,63
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 314.643.242,41
Plano de Amortização Vigente (5)	R\$ 2.501.894.634,47
Outros Créditos (-)	R\$ 2.501.894.634,47
Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)	-R\$ 368.486.024,78

Há uma diferença significativa no resultado atuarial entre os anos de 2021 e 2022.

Recomendamos que a contabilidade passe a contabilizar a provisão matemática no exercício correto, e que o Laudo do Atuário seja solicitado e recebido no mês de janeiro de cada ano.

5. ASSESSORES JURÍDICOS (PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS)

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da entidade é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

A assessora jurídica, Samara Luna dos Santos, Procuradora Jurídica do IPREJUN, OAB/SP-310.759, forneceu as devidas informações, descritas a seguir:

POSIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME RELATÓRIO JURIDICO		
SITUAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS	VALORES (R\$) 2022	VALORES (R\$) 2021
PERDA CONCRETIZADA	6.702.089,80	6.615.300,00
PERDA PROVÁVEL	122.500,00	954.100,00
PERDA REMOTA	1.623.000,00	737.000,00
TOTAL	8.447.589,80	8.306.400,00
VALOR ESTIMADO DA PROVISÃO	6.824.589,80	7.569.400,00
SALDO DA PROVISÃO NA CONTABILIDADE	6.824.589,80	7.569.400,00
INSUFICIÊNCIA	0	0

A contabilidade do IPREJUN, em 31/12/2022, tem provisionado na conta 2.1.7.9.1.99.00 - Outras Provisões a Curto Prazo, o valor de R\$ 6.824.589,80, portanto, coincidindo com a informações da assessora jurídica.

As normas contábeis determinam o seguinte:

As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas.

As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas.

As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

6. CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto os pontos e assuntos mencionados neste relatório circunstanciado.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza

CTCRC1SP242826/O-3

Sócio Responsável